



**LEI N.º 6.450/2.003.**

**Autor: Poder Executivo.**

**Concede nova regulamentação ao Conselho Municipal da Juventude, criado pela Lei Municipal n. 4.417/97.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte,**

**LEI :-**

**Art. 1.º** O Conselho Municipal da Juventude, criado pela Lei Municipal n. 4.417/97, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, que lhe prestará apoio técnico-administrativo, passa a ser regido pela presente Lei.

**Art. 2.º** O Conselho Municipal da Juventude - CMJ -, de natureza consultiva, fiscalizadora e permanente, deve ser consultado pelos governos para a execução de todo e qualquer projeto voltado direta ou indiretamente para a juventude.

**Art. 3.º** O CMJ tem como objetivo garantir as políticas públicas municipais de juventude, tendo no protagonismo juvenil a sua principal forma de trabalho.

**Art. 4.º** São atribuições do CMJ:

I - elaborar o Plano Municipal da Juventude estabelecendo suas diretrizes;

II - encaminhar ao Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal propostas de políticas públicas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;

III - fiscalizar e tomar providências para o cumprimento da legislação favorável aos direitos da juventude;

IV - propor o desenvolvimento de estudos, debates e pesquisas relativas à juventude;



V – emitir parecer e relatório de atividades em audiência pública convocada para este fim;

VI – debater a realidade social, econômica, política e cultural de interesse da juventude;

VII – despertar a consciência de todos os setores da sociedade para a realidade e potencialidade da juventude;

VIII – propor a cooperação e o intercâmbio com organismos similares em níveis municipal, estadual, nacional e internacional;

IX – estabelecer critérios e promover entendimentos para a utilização dos recursos do Município para realização de projetos de interesse da juventude;

X – colaborar com órgãos públicos e/ou privados que atuam diretamente com a juventude;

XI – criar comissões especiais e grupos de trabalho para assessoramento nas funções que compete ao CMJ;

XII – propor e acompanhar as políticas públicas globais e localizadas para o jovem, de modo a integrá-lo na visão de participação nas políticas públicas, a fim de garantir a realização de sua plena cidadania;

XIII – apoiar, acompanhar e assessorar o Poder Público e OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) ou ONG (organizações não-governamentais) na promoção e/ou execução de projetos e programas destinados à juventude.

**Art. 5.º** As ações para proposição de convênios serão conduzidas com a ciência do Prefeito Municipal e da Secretaria Municipal envolvida na matéria, observada a legislação em vigor.

**Art. 6.º** Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á jovem a pessoa com idade entre 14 a 30 anos de idade, ou outras pessoas fora desta faixa etária, mas que desenvolvam trabalho com a juventude.

**Art. 7.º** O conselho será composto por 38 (trinta e oito) membros efetivos e 38 (trinta e oito) suplentes, com mandato de 02 (dois)



anos, permitida uma recondução, indicados por suas instâncias e nomeados por decreto do Prefeito Municipal, com as seguintes representações:

I – treze (13) representantes governamentais:

- a) um representante e um suplente da Secretaria Municipal da Educação;
- b) um representante e um suplente do Núcleo Regional de Educação;
- c) Um representante e um suplente da Secretaria Municipal dos Esportes e Lazer;
- d) um representante e um suplente da Secretaria Municipal da Cultura;
- e) um representante e um suplente da Fundação do Desenvolvimento Social e da Cidadania de Maringá;
- f) um representante e um suplente da Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento;
- g) um representante e um suplente da Secretaria Municipal dos Serviços Urbanos e Meio ambiente;
- h) um representante e um suplente da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho;
- i) um representante e um suplente da Secretaria Municipal da Saúde;
- j) um representante e um suplente da Secretaria Municipal dos Transportes;
- l) um representante e um suplente dos órgãos municipais de Políticas Públicas;
- m) um representante e um suplente da Secretaria de Estado da Segurança Pública;



n) um representante e um suplente da Assessoria Municipal de Juventude;

II – Dezoito (18) representantes das entidades da Sociedade Civil Organizada, sendo:

a) dois (2) representantes e dois (2) suplentes de segmentos com atuação na área da educação;

b) dois (2) representantes e dois (2) suplentes de segmentos com atuação na área da cultura;

c) dois (2) representantes e dois (2) suplentes de segmentos com atuação na área do esporte e lazer;

d) dois (2) representantes e dois (2) suplentes de segmentos com atuação na área das organizações político-partidárias;

e) dois (2) representantes e dois (2) suplentes de segmentos com atuação na área das organizações religiosas;

f) dois (2) representantes e dois (2) suplentes de segmentos com atuação na área da assistência social;

g) dois (2) representantes e dois (2) suplentes de segmentos com atuação na área da agricultura e meio ambiente;

h) dois (2) representantes e dois (2) suplentes de segmentos com atuação na área do trabalho e sindicalismo;

i) dois (2) representantes e dois (2) suplentes de segmentos com atuação na área da saúde;

III – Deverão ser eleitos, também, sete (7) representantes da juventude não discriminados nos incisos I e II do presente artigo, que representarão os jovens das regiões do Orçamento Participativo.

**Art. 8.º** O mandato dos membros do Conselho Municipal da Juventude será considerado extinto, antes do seu término, nos casos de:

I – renúncia;



II – ausência injustificada a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) alternadas, dentro de um mesmo ano;

III – procedimento incompatível com a dignidade das funções, lembrando para este fim as atribuições do conselho e as diretrizes do Congresso Municipal da Juventude;

IV – mudança da residência do Município.

**Parágrafo único.** As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas como serviço público relevante.

**Art. 9.º** O Conselho reunir-se-á mensalmente de fevereiro a novembro de cada ano, ordinariamente, em data, horário e local previamente estabelecidos. E extraordinariamente quando convocado pela presidência do CMJ ou a requerimento de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos seus membros.

**§ 1.º** Cada membro do CMJ terá direito a 1 (um) voto, sendo vedado o voto por procuração.

**§ 2.º** Em caso de empate, caberá ao presidente do CMJ o voto de qualidade.

**§ 3.º** O quorum mínimo para as deliberações do conselho será de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) de seus membros efetivos.

**Art. 10.** A diretoria executiva do Conselho será assim composta:

- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – Secretaria Geral;
- IV – Primeira Secretaria;
- V – Secretaria de Comunicação;
- VI – Secretaria de Organização;
- VII – Secretaria de Finanças.

**Art. 11.** São funções dos membros da Diretoria Executiva:



#### **I – Presidente:**

a) convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e Assembléia Geral;

b) administrar o CMJ, representando-o em juízo ou fora dele;

c) assinar e despachar, em conjunto com o (a) Secretário (a) de Finanças, todo e qualquer documento que envolva responsabilidade financeira;

d) assinar, conjuntamente com os demais membros da Diretoria, as atas das reuniões do CMJ e da Diretoria, após terem sido aprovadas;

e) exercer outras atribuições inerentes ao cargo, não previstas expressamente neste estado e no Regimento Interno, com prazo máximo de 15 dias para apresentação da referida decisão ao CMJ.

#### **II – Vice-Presidente:**

a) substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

b) auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções;

c) suceder o Presidente na vacância do cargo de presidente;

#### **III – Secretaria Geral:**

a) organizar e gerir a Secretaria;

b) secretariar as reuniões do CMJ e da Diretoria, lavrando as respectivas atas;

#### **IV – Primeira Secretaria:**

a) substituir o Secretário-Geral em suas faltas e impedimentos;

b) auxiliar o Secretário-Geral no desempenho de suas funções;

c) receber e ordenar o expediente;



**V – Secretaria de Comunicação:** divulgar as ações do CMJ junto às entidades e aos jovens participantes das assembleias locais;

**VI – Secretaria de Organização:** garantir a estrutura necessária para o bom andamento dos trabalhos;

**VII – Secretaria de Finanças:**

a) assinar e despachar, em conjunto com o Presidente, todo e qualquer documento que envolva responsabilidade financeira;

b) ter sob sua custódia os livros de escrituração, mantendo-os em dia.

**Parágrafo único.** As demais funções dos membros do Conselho serão definidas em Regimento Interno, a ser constituído de acordo com normas estabelecidas nesta Lei.

**Art. 12.** O Conselho Municipal da Juventude terá o apoio administrativo da Secretaria de Governo, ao qual competirão as seguintes atribuições:

I – orientar e colaborar com o andamento dos trabalhos técnicos e administrativos e informar sobre os objetivos, metas e cronogramas;

II – realizar a comunicação oficial da Diretoria Executiva com os membros do CMJ.

**Art. 13.** Toda a Diretoria será eleita através do voto direto e secreto dos membros do Conselho, não cabendo a membros do governo o cargo de Presidente do Conselho.

**Art. 14.** O conselho contará, para o desenvolvimento de suas funções, com a colaboração dos órgãos da Prefeitura Municipal, que, quando solicitados, deverão:

I – transmitir dados e informações de interesse do Conselho, nos prazos legais;

II – transmitir ao Conselho as sugestões apresentadas pela sociedade, bem como as denúncias que lhe sejam encaminhadas;



III – propor a realização de estudos e pesquisas, bem como da execução de programas e projetos promovidos pelo Conselho.

**Art. 15.** As organizações, governamentais ou não, terão um prazo máximo de 30 dias para escolha de seus representantes, a partir da publicação desta Lei.

**Art. 16.** Caberá ao CMJ instituir seu regimento interno e dispor sobre outras normas de organização, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após sua instalação.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 18.** Revogam-se as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL, 9 de dezembro de 2003.**

João Lyra Caleffi  
Prefeito Municipal

Reginaldo Benedito Dias  
Chefe de Gabinete